



JANIRA HOPFFER ALMADA
Presente Rumo ao Futuro

**MOÇÃO DE ESTRATÉGIA
DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA NACIONAL**

Candidatura à presidência do PAICV

Dezembro de 2014

Com a maior abertura e espírito de camaradagem, de diálogo e de partilha, apresento este projecto com um único propósito:

O fortalecimento do PAICV, com vista os próximos tempos de novos e exaltantes desafios, pretendendo, em primeiro lugar, o apetrechamento das estruturas e seus membros com aptidões e vigorosas ferramentas de organização e funcionamento, indispensáveis para enfrentar com êxito os próximos embates eleitorais, mas, também, contribuir para que a vida política do nosso país seja honrada com participações da maior valia das cabo-verdianas e dos cabo-verdianos na construção permanente do Cabo Verde democrático e ininterrupta melhoria da qualidade de vida económica, social, cultural e política, para todos.

Desejo, pois, um saudável confronto de ideias e de projectos, já que, para mim, não se trata de combater “adversários”, mas, sim, de contribuir para que os militantes e simpatizantes avaliem propostas e façam as escolhas nas quais mais se revêem, capazes de congregar e unir todas as energias do nosso histórico PAICV neste projecto colectivo, intergeracional, aberto e fortalecedor das tendências, como forças positivas para ganhar o PARTIDO e o PAÍS.

Este projecto responde a um imperativo de consciência, de sentido do dever de prestar serviço ao PAICV e a CABO VERDE para, com todas as condições sociais e todas as gerações, construir o futuro, com economia de elevado valor acrescentado, com elevada qualidade de vida social e ambiental, com discurso e prática política compatíveis, centrados na sociedade e no cidadão.

As propostas que mais adiante são apresentadas dizem respeito ao colectivo dos militantes e simpatizantes, bem como a toda a sociedade, na medida em que procuram reflectir o sentimento generalizado de que o país atravessa novos tempos, colocando ao PAICV novas e complexas exigências, o que dita que seja transformacional e, sem complexos e com orgulho, assuma o seu rico legado histórico, para assim cumprir o desígnio para que foi criado.

Porque o Nosso Compromisso é CABO VERDE!

Índice

1. 13 anos de progresso
2. Notação da Governação do PAICV
 - 2.1 A redução dos défices estruturais
 - 2.2 O desempenho da economia
 - 2.3 As infraestruturas económicas
 - 2.4 A agricultura, silvicultura e pecuária
 - 2.5 O sector das pescas
 - 2.6 O turismo
 - 2.7 Os desportos
3. Os novos tempos
4. A visão
5. O PAICV face aos desafios dos próximos tempos
 - 5.1 Requalificação da democracia
 - 5.2 Por uma nova economia: crescimento e emprego
 - 5.2.1 O emprego: eixo central da política de desenvolvimento nacional
 - 5.2.2 Recriar o sistema financeiro e a política monetária
 - 5.2.3 Os principais vetores do crescimento económico
 - 5.2.4 O turismo orientado para promover Cabo Verde como destino
 - 5.2.5 O agronegócio
 - 5.2.6 Fazer das pescas um pilar importante do desenvolvimento económico e social de Cabo Verde
 - 5.2.7 A economia marítima
 - 5.3 As mudanças climáticas
 - 5.4 As novas tecnologias
 - 5.5 Os recursos humanos
 - 5.6 A diplomacia económica e novas ancoragens
 - 5.7 O desafio de uma economia mista
 - 5.8 A juventude
 - 5.9 A reforma da justiça
 - 5.10 A qualificação da governação territorial
 - 5.11 A boa governação
 - 5.11.1 Na formulação de políticas ativas
 - 5.11.2 Na orgânica e coordenação da política governamental
6. A Exaltação da República
7. PAICV, para mais Cabo Verde, no Presente Rumo ao Futuro
8. Uma Liderança de compromissos, princípios e valores
9. Vencer as eleições de 2016
10. Para Cabo Verde continuar ganhador!

1. 13 anos de progresso

Em 2001 o povo de Cabo Verde confiou ao PAICV a enorme responsabilidade de governação do país, ao que não foi defraudado, como atestaram as vitórias renovadas de 2006 e 2011.

O PAICV regozija-se da definição das políticas certas que estão na base dos progressos realizados com base numa agenda de transformação económica e de modernização social, adoptada em 2003. A situação do país mudou para melhor, a economia cresceu, o país soube resistir aos impactos negativos da recessão internacional devido a políticas macroeconómicas prudentes e importantes investimentos em sectores vitais para a competitividade do país, procedeu a importantes reformas que muito melhoraram o ambiente para a actividade do sector privado, foi reduzida a pobreza e está-se no bom caminho visando o cumprimento dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio em 2015.

Tiveram lugar importantes mudanças na agricultura com resultados visíveis no mercado, as infraestruturas foram aumentadas, adequadas e modernizadas, a taxa de penetração da energia e água alcançou índices elevados, há mais escolas, mais liceus, muitas universidades, mais instalações hospitalares e mais saúde, a previdência e protecção social foi expandida, o sector energético está conhecendo importantes investimentos visando a diminuição da dependência da energia convencional, e as novas tecnologias de informação e comunicação são uma realidade vivida por todos, como se pode atestar pela massificação das praças digitais.

O aumento do nível de educação e da capacidade crítica em todos os estratos sociais influenciou os aspetos cognitivos da análise pessoal, a determinação dos valores pessoais menos pela identificação partidária e mais por elementos materialistas marcando as clivagens sociais, e uma maior mobilidade social determinada por fatores muitas vezes contraditórios.

Tudo isso significou mais exercício da cidadania e a melhoria dos índices de desenvolvimento humano.

De 19 a 21 de Abril de 2013 decorreu o XIII Congresso do nosso Partido, o qual fez um balanço sobre os ganhos e as fraquezas da organização, quer no seu funcionamento interno e na frente da acção social, quer enquanto suporte político da acção governativa.

O Congresso aconteceu no fim de um intenso período eleitoral, mas, também, num momento em que está em curso no país um processo acelerado de transformações.

Daí que o nosso Partido tenha que prestar uma atenção particular à sua vida interna de modo a corresponder melhor à sua "... função social de fazer política para que a população e as comunidades se revejam na sua postura, nas suas propostas e na sua ação, bem como na sua abrangência com a sociedade, definindo e propondo políticas no que respeita à pobreza e ao desemprego, à qualidade de vida urbana em todos os assentos populacionais, no que respeita à habitação, às acessibilidades, ao acesso a água e energia, ao acesso aos serviços de saúde, à educação e à formação profissional, à segurança urbana, à participação política, entre outras." ¹

E neste momento, o Camarada José Maria Neves, após quase quinze anos à frente dos destinos do Partido e da Governação do país, achou por bem não se recandidatar a novos mandatos, deixando assim aberta a sua sucessão a uma renovação a quantos estão aptos a injectar energias e inovação, para continuar com sucesso os ciclos vitoriosos que distinguiram a sua liderança.

Em conformidade com a vocação intrínseca ao PAICV, é nesse quadro de grandes e nobres identificamos e apresentamos ao colectivo dos militantes e simpatizantes do PAICV, mas também aos contributos da sociedade em geral, os propósitos da nossa candidatura à sucessão do Camarada José Maria Neves.

¹Relatório ao XIII Congresso do PAICV, 2013

2. A Notação da Governação do PAICV

Face ao contexto preocupante e de extrema complexidade, o Governo levou a cabo, em 2003, o I Fórum Nacional de Transformação que, a partir de um amplo e aprofundado debate com os parceiros de desenvolvimento, desenvolveu um conjunto de reflexões estratégicas que conduziram a um alargado consenso para transformar Cabo Verde numa plataforma internacional de prestação de serviços de valor acrescentado.

Apesar das fragilidades e vulnerabilidades de todos conhecidas, o país teve um bom desempenho económico e social, particularmente entre 2003 e 2008, que, entretanto, nos últimos seis anos, veio a ser afectado pela crise económica e financeira internacional, com impactos recessivos nos sectores imobiliário e da construção, resultante da diminuição do investimento directo estrangeiro, da redução drástica da ajuda pública ao desenvolvimento e da diminuição das transferências dos emigrantes.

Com efeito, o Governo lançou mãos de um ambicioso programa de desenvolvimento, de que se destacam os seguintes avanços:

2.1 A redução dos défices estruturais

Desenvolvimento Humano:

Segundo o relatório do desenvolvimento humano do SNU relativo a 2013, e para além das referências positivas aos direitos e liberdades fundamentais, (i) o índice de Cabo Verde situava-se em 0,636, acima da média dos países de desenvolvimento médio, (ii) a esperança de vida passou de 69,8 anos em 2000, para os 75,1 anos de idade em 2013, (iii) a mortalidade infantil baixou para 21,4/1000, (iv) a taxa de alfabetização aumentou de 75% em 2001 para 87,2% em 2013, sendo entre os 97 e 98% na faixa etária 15-25 anos, (v) o rendimento per capita passou de 3.994 USD, para 6.365 em 2013, situando-se nos 36,5% do PIB. Isto é, são indicadores que confirmam o bom sentido das políticas de governação, não obstante o momento em que sobre o país pesam fortes efeitos da crise económica e financeira internacional.

Energia, Água e Saneamento

Resultado de avultados investimentos, nos últimos anos o sector energético conheceu saltos significativos, quer em potência instalada, que passou de 50 MW em 2001, para 155 MW em 2011, quer no que tange à taxa de penetração, que, no mesmo período, passou de 53% para 95% e as ligações domiciliárias que passaram de 46,2% para 96%. O acesso à água potável, que era de 82,0% em 2000, passou para 91,6% em 2011, permitindo que a ligação à rede domiciliária tenha, também, evoluído de 24,8% para 65,1%, com a consequente diminuição do uso de chafarizes e autotanque, de 44,7% e 8,5% para 25,1% e 7,6%, respectivamente.

Do mesmo modo, a cobertura da rede de esgotos e fossa séptica evoluiu de 38,7% para 73,4%, no mesmo período.

Atenção particular vem sendo dada à problemática da sustentabilidade e fiabilidade da energia produzida, pelo que importantes investimentos foram orientados para as energias renováveis para assegurar a melhoria das respostas às necessidades que se colocam ao sector, de que são testemunho a entrada em funcionamento de 4 parques eólicos assegurando a produção de 28 MW significando 25% da taxa de penetração nas redes, com o propósito de se alcançar os 50% em 2020. Espera-se, ainda, que nessa altura pelo menos uma ilha seja coberta, em 100%, com energia renovável.

Habitação

Para reduzir o elevado défice habitacional, que afecta um grande número de famílias cabo-verdianas, em 2009 o Governo adoptou o programa CASA PARA TODOS, que integra projectos nas áreas da habitação e da construção, tendo dado início à construção de 6.010 fogos dos 8.500 previstos, e à reabilitação de 15.000 habitações, estas últimas com uma estreita envolvimento de organizações governamentais.

Luta contra a pobreza

Apesar das incertezas da conjuntura internacional, pressionando Cabo Verde, a pobreza baixou para 26,6% em 2007 e 21% em 2010, contra 36,7% em 2002, conforme dados do Banco Mundial e do INE.

Desemprego

De 20% em 2003, passou para 13% em 2008 e 10,7%, em 2010. Contudo, a crise económica internacional provocou a diminuição do IDE e o consequente abrandamento do crescimento económico em Cabo Verde, bem como a diminuição do emprego sobre o qual incidiu também o aumento da população activa jovem, dando lugar a um aumento do desemprego para 16,8% em 2012. Ressalta, ainda, a expressiva assimetria das taxas de desemprego por Concelho, indo de 1,5% nos Mosteiros a 28,9% em S. Vicente, o que deve merecer uma velada ponderação na definição das políticas de desenvolvimento regional.

De um modo geral, há um desajustamento entre a procura e a oferta em que confluem fatores como a qualificação, o facto da inatividade se dever em boa medida à frequência escolar e, ainda, o rápido crescimento da população ativa.

Ensino e educação

Os ganhos foram enormes em todos os níveis e sectores: a taxa de analfabetismo passou de 21,7% em 2000 para cerca de 15% em 2011; a escolaridade obrigatória passou de 4 para 8 anos; os liceus de 25 para 45; de 3, em 2001, o país conta, em 2014, com 13 centros de formação técnica e profissional, tendo o número de beneficiários passado de 354, em 2001, para 2.154, em 2014; foram introduzidas 12 unidades formativas em 12 liceus; os estabelecimentos de ensino superior passaram do nada para 10, o que permitiu que o número alunos tenha passado de 1.115, em 2000, para 10.189, em 2010 e, conseqüentemente, conduziu à diminuição do número de estudantes no exterior de 1.097 para 626.

Saúde

Significativo é o facto do OE ter crescido de 1.692 mil contos, em 2000, para 3.573 mil contos, em 2010, situando-se em 4.149 mil contos em 2014. Em termos de unidades de saúde, conta-se, neste momento com 6 hospitais, 30 centros de saúde, 5 centros de saúde reprodutiva, 34 postos sanitários, 113 unidades sanitárias de base e 52 farmácias.

No que respeita o pessoal de saúde, houve também aumentos significativos, dispondo o país de mais de 180 médicos, mais de 300 enfermeiros, mais de 70 técnicos superiores e mais de 40 especialistas em diferentes ramos. Tudo isso com reflexos positivos, entre outros o gasto anual per capita que é de 107 USD (quando a OMS recomenda 54 USD), 10 vacinas gratuitas, 82% de partos realizados gratuitamente nas estruturas de saúde, para além dos indicadores do desenvolvimento humano acima referidos.

Segurança social

De 2004 a esta parte o sector conheceu profundas reformas no sistema, de que se destaca o seu alargamento e integração a um conjunto de cinco grupos socioprofissionais (trabalhadores por conta própria, trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores domésticos, trabalhadores da função pública, trabalhadores das autarquias locais) assegurando uma taxa de cobertura de 36,5%, ou melhor, 160.000 beneficiários sendo 60 mil segurados. Sem falar do aumento do número de beneficiários das prestações pecuniárias, cujas pensões conheceram aumentos superiores de 50%.

2.2 O desempenho da economia

A economia do país é a mais visada de todos os desempenhos, porque é dela que dependem todas as demais prestações sectoriais.

De entre outros fatores, é de relevo a elevada integração da economia cabo-verdiana na área Euro com incidências no seu desempenho menos favorável, dada a persistência das crises soberana e bancária naquela região, em particular no que se refere à balança de pagamentos, diminuição do IDE, da APD e das remessas dos emigrantes. Acrescem a esta contingência externa, a reduzida e frágil base produtiva do país, uma economia pouco diversificada, elevada rigidez laboral, bem como pesados constrangimentos organizacionais nas instituições e na gestão das infraestruturas.

O **quadro macroeconómico**: apesar do panorama acima referido, a reserva monetária vem aumentando graças à prudência da gestão macroeconómica, tendo triplicado no período 2003/2012, com o peso das remessas dos emigrantes na formação do PIB a conhecerem oscilações resultantes das incertezas da crise já referidas;

O **deficit da balança comercial**: é marcado pela ausência de uma base produtiva exportadora, embora se tenha verificado um crescimento da exportação a partir de 2000, em virtude dos desenvolvimentos havidos no sector do turismo que, neste momento, é considerado o motor da economia, bem como do aumento das exportações no sector das pescas.

ara além da base de exportação ser reduzida, há por outro lado o destino das exportações que é limitado, o que coloca desafios no que respeita à diversificação e qualidade dos produtos e serviços e no alargamento do mercado das relações comerciais de Cabo Verde.

O **financiamento do investimento**: o sector financeiro conheceu desenvolvimentos, sendo um mercado emergente no país (em que se destaca um nível da intermediação financeira significativo), o crédito ao sector privado aumentou de 35%, em 2005, para 66%, em 2011 (com uma ligeira baixa em 2012) e a taxa de juros vem diminuindo.

Contudo, subsistem, ainda, dificuldades no acesso ao financiamento por partes das empresas, em particular no tocante à inexistência do capital de risco que conta com uma única empresa e à inexistência de bancos orientados para financiar o investimento do desenvolvimento. Daí grandes dificuldades para se conseguir financiamento, constrangendo o desenvolvimento do sector privado, o empreendedorismo e a dinâmica da economia. Convenhamos, também, que os bancos comerciais tradicionais no país têm dificuldade em financiar grandes projetos dado o seu balanço pouco expressivo, consequência da pequena economia cabo-verdiana.

2.3 As infraestruturas económicas

Foi criada a agência reguladora da aeronáutica civil, o sector marítimo e portuário vem sendo objecto de um importante pacote de reformas, entre outras, a transformação do IMP em agência marítima e portuária, está em preparação o processo de privatização das operações portuárias nos principais portos do país, foram promovidas melhorias nos portos da Praia, Santo Antão, Boa Vista, Fogo e Brava.

Foram introduzidas importantes melhorias nos aeroportos do Maio, S. Nicolau e Fogo, ao mesmo tempo que se promoveu a construção de três novos aeroportos internacionais, e as ligações marítimas Praia/Fogo/Brava e S. Nicolau/S. Vicente/S. Antão foram grandemente beneficiadas com a entrada na linha de fast ferry.

A rede rodoviária foi amplamente expandida com a modernização e construção de estradas principais e vias de acesso em todas as ilhas, com impacto significativo na circulação de pessoas e bens, em particular na economia rural.

O sector das telecomunicações está conhecendo evoluções de efeitos substanciais na vida corrente da sociedade, com progressos inegáveis em termos de custos e qualidade, e, com a entrada no mercado de uma nova operadora, houve um aumento exponencial nos parâmetros de acesso e utilização do telemóvel e no número de usuários de internet.

2.4 A agricultura, silvicultura e pecuária

São evidentes os ganhos havidos no sector, decorrentes, principalmente, dos grandes investimentos em infraestruturas hidráulicas como sendo a construção de barragens nas ilhas de Santiago e Santo Antão, diques nas ilhas da Boa Vista e no Maio, furos e captações na Boa Vista, Fogo, Santiago, S. Nicolau, Santo Antão e S. Vicente, com impactos positivos na produção, no abastecimento do mercado e no desenvolvimento gradual do agronegócios, com perspectivas promissoras para os produtores e as cadeias de comercialização.

O ano agrícola está sendo afectado por uma vulnerabilidade estrutural do país, decorrente de um período cíclico de ausência de chuvas, mas estão sendo tomadas medidas pertinentes, paralelamente ao facto das infraestruturas hidráulicas virem a desempenhar um importante papel amortizador das consequências.

2.5 O sector das pescas

As capturas têm vindo a oscilar entre 10.000 a 12.000 toneladas/ano, para um número aproximado de 1.400 embarcações artesanais e cerca de 90 embarcações semi-industriais/industriais.

A atividade piscatória artesanal, para além do importante papel que desempenha no que respeita a segurança alimentar, emprega uma franja importante da população rural. Juntamente com os pescadores da pesca semi-industrial ou industrial, o sector emprega cerca de 5% da população ativa.

Por outro lado, contribui com mais de 80 % da exportação de bens e produtos, destacando-se a exportação de conservas e congelados para mercados europeus (com a Espanha a assumir um lugar cimeiro) e, numa perspetiva integrada (pesca extrativa e outros subsectores), contribui com 7 a 10 % para a formação do PIB.

Dado o potencial máximo de captura sustentável que varia entre 36.000 a 44.000 toneladas/ano, bem assim algum potencial de exploração ainda por estudar, o sector deve ser encarado como importante, visto o seu potencial de emprego e gerador de benefícios.

2.6 O turismo

Em pouco tempo o sector passou a ser o principal motor da economia. Segundo o INE, o número de unidades hoteleiras e sua capacidade de alojamento aumentou grandemente, tendo passado de 88, em 2000, para 195, em 2011, tendo o número de postos de trabalho evoluído de 1.845 para 5.178, no mesmo período, crescimento este sobretudo nas ilhas da Boa Vista e do Sal, que têm vindo a conhecer importantes fluxos de populações de outras ilhas sobretudo de Santiago e S. Vicente.

Sendo o IDE um fator importante de financiamento no sector do turismo, este foi contudo grandemente afetado pelo rápido declínio a partir de 2009, como resultado da crise financeira que, por sua vez, conduziu à suspensão de importantes projetos e, conseqüentemente, ao agravamento do desemprego e à desaceleração da economia.

2.7 Os desportos

Nos últimos tempos Cabo Verde conheceu expressivas vitórias em competições internacionais, o que espelha o enorme potencial humano do país, o elevado empenho dos clubes e federações, bem como as acertadas políticas dos poderes públicos.

É domínio onde as atenções devem ser reforçadas, para que Cabo Verde se erija num centro de referência para a emergência de atletas de alta competição, de formação desportiva e para estágios.

3. Os novos tempos

Os sucessivos e rápidos avanços da ciência e da tecnologia tornam o mundo cada vez mais complexo nos fenómenos de toda a natureza a que dão lugar, desde o conhecimento e novas conquistas proporcionando à Humanidade a possibilidade de acesso a mais e melhor qualidade de vida, como também o acesso a poderosos instrumentos de pilhagem e destruição dos imensos recursos da natureza, começando pela própria exterminação do ser humano.

É o mundo global a que se assiste, em que países, até há bem pouco tempo, de economia avançada, exemplos de desenvolvimento social, de democracia e de direitos humanos, encontram-se confrontados com o dilema implacável da recessão, sem sinais encorajadores de recuperação. O primado do interesse económico e financeiro sobre o desenvolvimento humano, vem conduzindo a violentos conflitos regionais de conseqüências imprevisíveis, a organizações terroristas cuja índole irracional é destruir, ao surgimento de uma grande multiplicidade de fenómenos cujas causas residirão na incessante busca de respostas às expectativas e necessidades para as quais governos e sociedade civil se vêem impotentes, muitas vezes ultrapassados por uma cada vez maior complexificação das sociedades com novos arquétipos de conduta social e comportamentais das organizações comunitárias emergentes.

O nosso país faz parte deste mundo global, pelo que não está imune à complexificação das novas dinâmicas económicas, sociais e políticas, das novas demandas societárias, ao imperativo de respostas a novos e exigentes modos de fazer política, de inovar políticas participativas capazes de induzir o individuo a se reencontrar, a se recentrar e a se realizar.

Vejam-se as condições de vida nos bairros periféricos das principais cidades, os fenómenos de grupos ditos marginais, o desemprego e a pobreza ainda a níveis preocupantes, as tentativas de exploração do descontentamento e das frustrações sociais para fins políticos e, principalmente, para caminhos duvidosos.

Com a responsabilidade e a solidariedade social e patriótica de todos, será possível construir uma economia robusta que dê resposta efetiva ao desemprego e à pobreza, contribua para reabilitar e fortalecer o capital social e projete o nosso país para novos e melhores índices de desenvolvimento humano.

Temos, pois, neste mundo de incertezas, mas de esperanças, de construir modelos de desenvolvimento económico que potenciem os nossos atributos competitivos e as nossas vantagens comparativas, na perspetiva de criar riqueza nacional e boa redistribuição dos recursos gerados em termos de emprego, salários justos, bom sistema de ensino, bom serviço de saúde, acesso a habitação condigna, energia e água, ao lazer da cultura e a um bom meio ambiente.

4. A Visão

O desenvolvimento é uma cadeia de desenvolvimentos que, em cada momento, formula à sociedade e suas organizações, bem como aos poderes públicos, novas e crescentes colocações, solicitações e desafios, sempre mais complexos pela sua natureza, mas, também, em função das profundas transformações que, a nível global, nos apresentam a rápida evolução das novas tecnologias de informação e comunicação impondo inesperados novos comportamentos, fenómenos e exigências.

O pensamento teórico e pragmático de Amílcar Cabral teve o excepcional mérito de associar a teoria à prática e, a partir dessa conjugação, viver sempre a sua época e antever a evolução futura da luta.

Na sua génese e evolução, a luta do PAICV foi sempre comprometida com a Nação global, o país arquipelágico e a sua extensão pelas sete partidas do mundo. Foi assim durante a pujante luta de libertação nacional, no exaltante período da edificação do Estado independente e da reconstrução nacional e, nos últimos tempos, na afirmação de Cabo Verde como país forte e determinado na construção incessante do seu desenvolvimento económico e social, do seu progresso.

Nesse ingente empenho foi fundamental para o PAICV

- O comprometimento com e dos seus militantes e simpatizantes, cultivando patriotismo, sacrifícios, dedicação e competência;
- A afirmação reiterada de princípios, valores éticos e morais que lhe afiançaram sempre a confiança renovada da valorosa população cabo-verdiana;
- O pensamento estratégico inovador, o empenhamento das imensas mais-valias do país, da confiança sem limites e empenho com as boas causas;
- O seu passado valoroso, da sua época e dos próximos tempos, de afirmação renovada, reforçada e exaltada de fortes convicções que sempre o guiaram e sustento das grandes vitórias do seu invejável percurso histórico.

Para tanto, o calendário futuro que propomos é de, juntos, construirmos novos horizontes de esperanças e de certezas, de sólidas pontes entre o universo da política e as diferentes formas de organização da sociedade e dos cidadãos, em que todos os militantes de todas as condições sociais, de todas as sensibilidades, de todas as filiações filosóficas, de todas as gerações, são partes activas com voz e vez.

5. O PAICV face aos desafios dos próximos tempos

Apesar das vicissitudes por que passou a governação nos últimos tempos, particularmente a diminuição drástica dos recursos para fazer face aos imperativos do desenvolvimento social e do crescimento económico, é indubitável que os avanços alcançados foram de monta, colocando a fasquia dos desafios a níveis elevados de exigência para o encontro de solvências corajosas, inovadoras, muitas vezes requerendo rupturas capazes de meter o trilho do desenvolvimento nos patamares de qualidade e competitividade da globalização cada vez mais crescente, susceptíveis de conduzir ao desiderato da riqueza material, cultural, social e política de que o país padece e impõe a modernidade.

Face às incertezas e imprevisibilidade da globalização, impõe-se reforçar uma pedagogia da crise com informação e explicação bastante, metódica e em tempo útil à Nação sobre a dimensão da crise económica e financeira mundial, com debate no seio das estruturas, capacidade de ouvir os militantes, capacidade de ouvir a sociedade e seus sectores dinâmicos, e mobilizar todas as condições sociais, os agentes económicos, as associações profissionais, as organizações da sociedade civil, enfim, as forças vivas da Nação e os sectores dinâmicos da sociedade, para as grandes causas do PAICV e da governação nacional.

Trata-se de um consórcio político a ser construído e aprofundado em permanência, sem o qual a Nação pode correr grandes riscos de derrapagem social, económica e política, de consequências desastrosas para todos. Os próximos tempos são de dinâmicas cada vez mais complexas produzidas pelas novas tecnologias de informação e de comunicação em expansão contínua, o que impõe que a política seja cada vez mais feita de entrosamento, fecundidade e partilha entre todos os agentes e atores do desenvolvimento, não havendo lugar a exclusões perniciosas.

Daí que esta moção de estratégia se posicione como uma agenda de ideias substantivas para a construção de compromissos renovados, com plena assunção do património de valores e princípios éticos que devem caracterizar a liderança do histórico PAICV e sua reiterada Boa Governação.

O PAICV deve ser e estar mais presente, tanto com novas ideias, como com comparência operativa e operacional, apto a contribuir para a permanente renovação da República e das instituições, com instrumentos, métodos e práticas de fazer política e exercício da democracia, aptas e em condições de aplicabilidade das políticas e de concretização das mudanças que se impõem. As reformas, para além de serem aprofundadas, devem ser realidade sentida e apropriada no dia-a-dia dos utentes – cidadãos, operadores económicos e organizações da sociedade civil.

O que propomos é que estejamos na linha da frente dos debates e na formulação de ideias e de projectos, não ficando sossegados no Partido, na Assembleia Nacional, nas Assembleias Municipais e outras instâncias de participação democrática, muito pelo contrário, com propostas objectivas visando rupturas inovadoras e criativas, para a emergência contínua dos fundamentos materiais e imateriais de promoção da qualidade de vida das cabo-verdianas e dos cabo-verdianos, na economia e no emprego, na igualdade de oportunidades para todos.

Propomos que mobilizemos as amplas competências do PAICV e da sociedade para a construção de novas e necessárias dinâmicas políticas, económicas e sociais em Cabo Verde, que nos situe com solidez nas novas dinâmicas mundiais, enfrentando num novo ritmo e novo ritual, capazes de enfrentar e ganhar os dilemas que, necessariamente, têm de ser enfrentados e vencidos, para que seja possível renovar e revalorizar, em robustez, a grande família política de referência que é o PAICV.

5.1 A requalificação da democracia

A natureza e finalidade última do PAICV, bem assim as novas e fortes demandas sociais, exigem como impreterível, o aprofundamento e alargamento dos direitos democráticos, não somente de representação política, mas, sim e muito mais, de participação política, mais transparência e qualidade da democracia como condição fundamental para que haja o envolvimento e engajamento efetivo das forças vivas da República para vencer os desafios dos próximos tempos e promover um desenvolvimento sustentável com qualidade de vida para todos, assegurado por um desenvolvimento económico impulsor das condições materiais da justiça social nos domínios do emprego, da saúde, da educação, do acesso aos bens essenciais e de realização da pessoa humana.

A democracia, como processo em contínuo aperfeiçoamento, deve constituir-se em bandeira do PAICV como valor supremo das garantias e liberdades dos cidadãos que a Constituição consagra. Pensamos que, embora seja objeto de profundas reflexões teóricas à volta de conceitos e princípios doutrinários, é, fundamentalmente, uma questão de comportamentos, atitudes e normas da conduta cívica que devem pautar a postura das instituições da República, a saber, o cidadão, enquanto tal, mas, também, instituído de responsabilidades nos serviços de direito público e privado, nas do poder político e, sobremaneira, nos órgãos de soberania.

A democracia como doutrina política conselheira da ação política governativa, recomenda, pelo menos a esta candidatura, que o Estado de Cabo Verde tem de procurar, a todo o instante, criar um pacto entre os partidos com assento parlamentar, para que suspendam a permanente guerrilha eleitoral que a nada tem conduzido, focalizando a sua intervenção em domínios centrais do processo de desenvolvimento do país e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Considerando que o Governo tem maiores responsabilidades e, por isso mesmo, menos apetente ao imediatismo do voto, a iniciativa de um pacto poderia ser proposto em sectores concretos tais como: o emprego; a atração do investimento externo para os sectores-chave da economia; as alianças com o sector privado nacional, de modo a poder assumir plenamente o seu papel motor na economia; a justiça e segurança nacional no seu sentido lato.

A sociedade civil está cada vez mais formada e informada, mais crítica e exigente, as suas perspetivas são de um patamar de qualidade mais elevado, pelo que se tem de escutar e dar sentido às suas constantes mensagens com novas respostas. Assim, defendemos que deve ser aprofundada e reforçada a função e o papel do eleito, ou melhor, sobre o critério e os mecanismos de escolha do eleito, do titular do cargo político, tanto na composição das listas, como no processo de votação a ser em bloco ou uninominal. As novas e legítimas exigências da sociedade devem ser refletidas na postura dos atos políticos e não em método, pois os novos tempos assim o exigem.

5.2 Por uma nova economia: crescimento e emprego

Pode-se considerar que desde a sua independência, Cabo Verde passou por 3 fases de desenvolvimento:

- 1a Fase–1975 a 1990: Estruturação, Construção e Desenvolvimento do Estado de Cabo Verde;
- 2a Fase–1991 a 2000: Privatizações e Liberalização da Economia, e
- 3a Fase–2001 a esta parte: Transformação do País

A 4a Fase, de desenvolvimento acelerado do País, irá acontecer a partir de 2016 e propomo-nos, desde já, que ela seja de sedimentação, estabilização e, fundamentalmente, um período de **FORTE CRESCIMENTO ECONÓMICO**.

Os novos tempos são de novas e complexas colocações que exigem capacidade coletiva de previsão e adoção antecipada de estratégias que assegurem um Estado social, cultural, económica, cultural e politicamente sólido,

capaz de enfrentar e gerir as constantes transformações a que a globalização inesperadamente nos circunscreve. Face ao novo quadro de desenvolvimento e suas demandas, é necessário refletir profundamente sobre a adequação dos instrumentos económicos e financeiros aos problemas atuais com que Cabo Verde se defronta. Isto é, há que se caminhar para a construção realista de uma economia próspera, com alargamento elevado do número de cidadãos ao nível das contribuições sociais, como forma de encontro de respostas eficientes e eficazes aos direitos económicos e sociais que as cabo-verdianas e cabo-verdianas reclamam.

Esta liderança não se coibirá de procurar entendimentos sobre as questões fundamentais em torno de tão complexa questão, fundamental para a busca permanente de envolvimento em torno de um projeto estratégico em constante adequação às exigências da própria evolução da economia e suas demandas.

Uma Nova Agenda Económica se impõe, construída por compromentimentos que procuraremos tecer a partir de diálogo permanente com a sociedade civil, operadores económicos, partidos políticos e órgãos de soberania, pois é necessária uma grande dinâmica de ações comportamentais e de incentivo ao investimento, sendo fundamentais:

- A capitalização das vantagens comparativas e naturais de Cabo Verde – oceano amplo, localização geoestratégica, produtos culturais e clima tropical;
- A promoção de uma economia moderna, de alto nível de rendimento e baseada em serviços, com desenvolvimento e fortalecimento com outros sectores de atividade, como motores de crescimento;
- A realocação das despesas de investimento de capital, na qualificação e especialização do capital humano, fundamental para viabilizar e sustentar a estratégia de prestação de serviços de alto valor acrescentado, focada na produtividade da força de trabalho;
- A aposta na melhoria contínua do capital humano, para o aumento da produtividade e melhoria da competitividade;
- A consolidação dos sectores do turismo e das pescas, pelo seu potencial de emprego e partilha dos benefícios;
- A reestruturação das empresas públicas e fortalecimento do sector privado, com melhor combinação das políticas fiscais com as do capital humano;
- A promoção de um consenso nacional sobre as prioridades de desenvolvimento a longo prazo;
- A preservação da estabilidade macroeconómica, política e social
- O empenho para que haja serviços e infraestruturas de qualidade e competitivas;
- A aposta num ambiente de negócios e institucional favorável e de referência;
- A transição de ajuda/APD para IDE e negócios;
- A transição das remessas para transferências de conhecimento valorizando o potencial da diáspora;
- O acompanhamento e gestão dos dividendos demográficos, sobretudo no que poderá significar a expansão da força de trabalho.

O processo em que nos empenharemos será o de desenvolvimento inclusivo, em que o emprego estará no centro da formulação das políticas económicas. A competitividade e a dinamização da economia terão como objetivo primeiro e último a superação dos problemas de desemprego, a inclusão económica, social e política.

5.2.1 O emprego: eixo central da política de desenvolvimento nacional

O crescimento económico é a pedra de toque para a criação de empresas criadoras de emprego de rendimentos, e a empregabilidade é fundamental para que o indivíduo em idade ativa esteja dotado de habilidades e de competências profissionais para o autoemprego ou para responder às necessidades do mercado de trabalho.

Pela abrangência de exigências e perspetivas que coloca, o emprego é de todo transversal, seja na formulação, como na execução de políticas, onde todos os atores públicos e privados são chamados a serem parte integrante no encontro das soluções que se impõem.

De se realçar o papel central a jogar por um Ministério da Economia já que, na sua tarefa de fomentar o investimento, terá que ter em conta, sempre, a geração de emprego, desenvolvendo e fortalecendo um intenso diálogo com as instituições públicas e privadas.

Para a geração de emprego ter-se-á que apostar na melhoria contínua do capital humano, na sua qualificação e especialização, para que haja produtividade e competitividade, fundamental para viabilizar e sustentar a estratégia de prestação de serviços de alto valor acrescentado.

A nossa proposta vai no sentido de serem consolidados os sectores com potencial de emprego e partilha de benefícios, entre outros os sectores do turismo, da economia do mar, do agronegócios e de serviços, ou melhor, potenciar o crescimento dos sectores mais dinâmicos e impulsionar o desenvolvimento da produtividade nos sectores menos avançados, arrastando os sectores intensivos em mão de obra.

O Estado terá de ser mais eficiente e eficaz, sobretudo na implementação de políticas que estimulem o fortalecimento das pequenas e médias empresas, no que respeita o acesso ao crédito, a fiscalidade, a expansão da base produtiva, nomeadamente com o aproveitamento das potencialidades das ilhas, a inclusão do sector informal, a modernização da lei laboral, entre outras políticas e medidas de políticas.

5.2.2 Recriar o sistema financeiro e a política monetária

A economia cabo-verdiana deve ser dinamizada: (i) dotando-se de capacidade de negociação dos projetos nas condições correntes do mercado, junto das fontes de financiamento, neste fim dos empréstimos concessionais (ii) democratizando o mercado, diminuindo os custos de contexto e criando incentivos não somente de natureza fiscal; (iii) promovendo maior mobilidade empresarial para que haja maior diversificação da base produtiva; (iv) potenciando os sectores motores do desenvolvimento, em particular o desenvolvimento dos clusters e a promoção do papel preponderante do sector privado na sua afirmação e contributo para a formação do PIB; (v) criando emprego sustentável e fortalecendo a competitividade do país; (vi) dando-se prioridade à economia do mar, ao agronegócio, às economias criativas, bem como às suas fortes conexões com os sectores financeiro, dos transportes aéreos e marítimos, bem assim as questões ambientais e mudanças climáticas; (vii) reforçando, também, a regulação para que as políticas económicas possam promover o crescimento e o emprego.

Para tanto, há que se garantir a sustentabilidade das finanças públicas, não sacrificar o investimento público, adotar mecanismos democráticos de controlo e supervisão do sector financeiro, harmonizando as políticas fiscais, social e ambiental, combatendo a evasão fiscal e criando o Conselho de Segurança Económica e Financeira.

Nessa perspetiva, há que se procurar os modelos apropriados da política monetária, de modo a assegurar a oferta de moeda, a manter as taxas de juro a nível suportável, a estimular o investimento do e no sector privado e a gerar novos empregos.

A essa preocupação é de se associar a função da ciência e da tecnologia para que, nos dias de hoje, haja produtividade e se aumente o nível de produção do país.

5.2.3 Os principais vetores do crescimento económico

Em primeiro lugar, e para o efeito, deverá haver um Ministério de Economia forte, orientado para o estabelecimento de uma relação de proximidade com os investidores, que tenha os seguintes objetivos finais:

- Desenvolvimento acelerado do País pela via de um forte crescimento económico
- Redução do desemprego
- Adoção e implementação de uma estratégia de estímulo e incentivo ao investimento privado
- Atração do investimento externo para sectores-chave da economia
- Estimulo às empresas para investirem em sectores que dão lucro
- Existência de uma política fiscal atrativa (como p.e., a taxa do IVA deve ser diferenciada, em função da natureza dos produtos e serviços sobre os quais incidem, bem como em função das regiões)
- Diminuição, ainda mais, dos impostos sobre os resultados das empresas
- Garantia, aos operadores económicos, da previsibilidade, nomeadamente no que respeita a durabilidade da política fiscal
- Orientação do Turismo para a promoção de Cabo Verde como destino
- Implementação de um programa consistente de mobilidade inter-ilhas
- Estabelecimento de uma estratégia para o desenvolvimento do país, com foco disruptivo e trabalhe a marca Cabo Verde de modo atraente.

Para estes posicionamentos certamente que se colocarão algumas matérias de discussão, fundamentais para a prossecução da dinâmica da economia que se deseja, pelo que, desde já, são lançadas à reflexão:

- * O papel da zona económica - que posição deverá Cabo Verde ocupar no desenhar das economias emergentes;
- * O conceito de Cabo Verde como plataforma de prestação de serviços;
- * Como potenciar a economia marítima;
- * A Integração Económica Regional - que postura, visão sobre os nossos vizinhos e continente, em geral, e quais as oportunidades que Cabo Verde pode ter como investidor nessas latitudes ou de estímulo à internacionalização das empresas cabo-verdianas rumo à busca de oportunidades no continente;
- * O emigrante: como mantê-lo permanentemente conectado com o País tanto economicamente como fisicamente estimulando uma maior assiduidade da sua presença;
- * Que papel caberá ao Banco Central na redução da taxa de absorção de liquidez com o objetivo estimular o crédito e até que níveis;
- * Que investimentos estimular.

O Governo, em particular no sector económico, terá de trabalhar com indicadores de previsibilidade, entre outros os indicadores macroeconómicos relativos ao (i) stock das reservas internacionais líquidas, à (ii) dívida pública, ao (iii) crescimento do PIB, à (iv) taxa de inflação, e ao (v) desemprego.

Sendo fundamental reduzir o desemprego, é preciso, além de inovar, investir e atrair investimento externo para sectores-chave da economia – sectores que fazem crescer o emprego, ter uma política que seja seletiva e tenha como prioridade fazer crescer a economia.

Importante, ainda, é a criação de condições eficazes para que o país deixe de necessitar de empréstimos concessionais, para o qual já indicações sérias para que o financiamento não continue a passar por essa modalidade de mobilização de recursos. O país precisa, com urgência, dotar-se de capacidade de mobilizar recursos internos e externos geradores de negócio e impulsionadores da economia, em condições normais de mercado. No plano externo implicará avaliar as possibilidades dos fundos de soberania e das emergentes fontes de financiamento internacional. É matéria não exclusiva do Governo, pelo que as orientações terão de ser buscadas num intenso e construtivo diálogo com os parceiros do desenvolvimento social, em particular com o sector privado ao qual cabe importante papel na dinamização da economia e na geração de emprego.

5.2.4 O turismo orientado para promover Cabo Verde como destino

O turismo em Cabo Verde tem sido, essencialmente, de sol, praia e mar, tendo como principais mercados emissores um número limitado de países europeus. Neste momento já se coloca o problema da diversificação do produto turístico dada sobretudo à diversidade das potencialidades do país em termos da biodiversidade terrestre, bem como ainda, a necessidade de alargar a oferta a outros mercados.

Importa, ainda, estabelecer links com os sectores da economia nacional, nomeadamente os produtos culturais e os do agronegócio, o que, naturalmente, coloca a questão da qualidade dos bens e serviços.

O turismo é um sector que requer intensa comunicação entre os sectores público e privado, dada a diversidade das questões que coloca e as permanentes mutações nos mercados emissores e nos destinos, tendo bem presente que quem faz o turismo de facto são os operadores do sector.

Dá o imperativo de mobilizar e promover a confiança e credibilidade no sector do turismo, para se conseguir esboçar uma gestão compartilhada e de compromissos construtivos e permanentes entre os stakeholders, nomeadamente no que concerne:

- À consolidação dos mercados emissores e sua diversificação
- Ao desenvolvimento de nichos de mercado (Ecoturismo, Turismo Rural, B&B, Turismo de Negócios, Turismo de Cruzeiros e Turismo Cultural & Religioso)
- À contínua monitorização da atividade
- Ao maior enfoque na promoção do empresariado nacional através de revisão de políticas fiscais e ajustes estratégicos nos incentivos ao investimento virado para o aumento dos linkages na economia local
- À coordenação na implementação de toda a estratégia para assim promover (i) a qualificação e desenvolvimento das infraestruturas turísticas do país, (ii) a formação dos recursos humanos, (iii) o investimento (PME) no sector e (iv) a promoção interna e externa de CV enquanto destino turístico
- À integração dos diferentes intervenientes nos processos decisórios, numa única entidade

Posto isto, tem que ser desenvolvida uma alargada e profunda reflexão sobre o turismo como principal alavanca da economia nacional, sobre os sectores de atividade em que Cabo Verde detém vantagens, a propósito do quadro institucional em que o sector privado terá assento de pleno direito, a respeito da estratégia para o sector ser competitivo e sobre a estratégia a adotar para atrair o investimento direto estrangeiro.

5.2.5 O agronegócio

Têm sido feitos investimentos substanciais, nos últimos anos, particularmente na mobilização de água (implicando o aumento da área irrigada), na adoção de novas tecnologias e no aumento significativo da produção.

Embora as vulnerabilidades já sejam conhecidas, terão que ser envidados esforços no sentido do melhor aproveitamento possível das potencialidades que o sector comporta, tendo em conta, principalmente, o papel que tem a desempenhar na luta contra a pobreza no meio rural.

Nesse sentido será reforçado o processo de empoderamento dos produtores, visando a busca de soluções apropriadas para os seus problemas, pelo que haverá empenho em questões tais como: (i) a questão energética, (ii) a gestão/manutenção das infraestruturas, (iii) o transporte inter-ilhas; (iv) o quadro regulador da água, (v) a política de incentivo empresarial e um sistema de micro-seguros; (vi) as questões fundiárias e o excessivo parcelamento da terra; (vii) o sistema de crédito rural, com deficiente oferta de serviços bancários orientados para as atividades do sector.

5.2.6 Fazer das pescas um pilar importante do desenvolvimento económico e social de Cabo Verde

O potencial do sector é por demais conhecido, seja para o desenvolvimento socioeconómico, seja no equilíbrio da balança de pagamentos, seja, ainda, na garantia da segurança e soberania alimentar, gerando postos de trabalho e contribuindo para a redução da pobreza e para o volume das exportações do país.

Há que apostar mais e melhor no sector, promovendo o seu desenvolvimento integrado, segundo alguns eixos estratégicos, de entre os quais se destacam:

- **O desenvolvimento da pesca semi-industrial e industrial**, adotando-se um programa de requalificação/substituição da frota nacional de pesca semi-industrial e industrial, que favoreça o aumento e diversificação da captura, bem como o escoamento regular de produtos provenientes desse subsector.
- **A aquacultura como alternativa à pesca extrativa**, adotando-se planos e estratégias conducentes ao seu desenvolvimento, incentivos à instalação de quintas de aquacultura, bem como assegurando a expertise e o know-how necessários;
- **A transformação/agregação de valor e o incremento da captura na pesca artesanal**, devendo-se criar condições para o surgimento de novas indústrias de processamento de pescado, para o seu desenvolvimento e internacionalização, bem assim adotar ações conducentes à materialização de unidades de agregação de valor no subsector da pesca artesanal, como forma de incrementar rendimento e, indiretamente, melhorar as condições de vida dos intervenientes ligados a esse subdomínio.

- **A segurança e qualidade dos produtos das pescas**, pelo reforço das entidades com competência na avaliação da conformidade do pescado, pugnando-se pelas ações conducentes ao incremento contínuo da qualidade dos produtos das pescas, por via da inspeção sanitária e da certificação dedicada.
- **As infraestruturas de apoio às pescas**, com atenção especial ao mapeamento das necessidades de infraestruturas de apoio à pesca, promovendo-se a sua materialização/requalificação, bem como ao seu apetrechamento com equipamentos e acessórios necessários à atividade. Considerando o desiderato de transformar Cabo Verde num "hub" das pescas serão (re) centradas as atividades numa lógica de prestação de serviços de alto standing para a frota pesqueira nacional e estrangeira.
- **A investigação como fator de sustentabilidade e de desenvolvimento e fiscalização da atividade pesqueira** pelo que será promovida a capacitação institucional integrada das entidades ligadas à investigação pesqueira, como suporte à implementação de políticas no que respeita a captura e identificação de áreas prioritárias de apoio ao desenvolvimento. Por outro lado, serão reforçadas as atividades das instituições ligadas à fiscalização da Zona Económica Exclusiva de Cabo Verde, assente numa lógica de complementaridade com as autoridades dos países vizinhos e com os países com os quais existem acordos de parceria no domínio da vigilância marítima de Cabo Verde.
- **O financiamento ao setor das pescas** no âmbito de novas fontes e mecanismos de financiamento, em que o sector das pescas terá tratamento adequado à especificidade da sua sazonalidade.
- **A formação/capacitação** será dada a maior importância a esta componente para que o sector esteja à altura dos desafios, tanto os específicos do sector, como as exigências decorrentes de novos acordos internacionais

5.2.7 A economia marítima

Está-se face a um sector vital para o processo de desenvolvimento do país, tanto pelos recursos que encerra, como, ainda, por comportar a problemática dos transportes inter-ilhas. Da dinâmica que for imprimida a uma e outra valência, decorrerá a geração de emprego, principalmente o emprego qualificado, exigindo por isso políticas ativas no que respeita a formação e qualificação de competências em diversas vertentes.

Seremos ambiciosos no sentido de fazer de Cabo Verde uma referência enquanto centro de prestação de serviços e apoio ao comércio internacional e às atividades das frotas marítimas que transitam na nossa vasta zona económica exclusiva e na atlântico em geral, o que implicará esforços para, também, Cabo Verde preparar-se para prestar bons serviços de segurança marítima.

Sem pretendermos esgotar o tema, entre as várias medidas de política, vários são os sectores que merecerão a nossa melhor atenção, como sendo: (i) as pescas, para que haja intensificação da captura para fins como a transformação e a exportação; (ii) o turismo de pesca desportiva, desportos náuticos e o turismo de cruzeiro; (iii) o ensino em náutica, para a formação de marinheiros e oficiais da marinha e náutica de pesca; (iii) a investigação em oceanografia; etc.

Será, ainda, dada grande prioridade às oportunidades de negócio relacionadas com a atividade portuária e com a atividade do bunkering, em que se situa a adoção de medida de política que adeque os estaleiros da CABNAVE à sua vocação de reparação e construção naval, bem como a serviços ligados à logística de frio e de abastecimento dos navios.

Ocuparão lugar central nas nossas preocupações as seguintes questões: a capacidade financeira dos operadores nacionais do sector marítimo; o apoio aos mesmos para que possam investir, nomeadamente no que respeita a um fundo de crédito para a renovação da frota marítima e à criação de uma instituição de intermediação financeira; a questão dos custos portuários e a regulação dos transportes marítimos.

5.3 Mudanças climáticas

É tema de grande atualidade, ocupando lugar primordial nas políticas de governos e organizações internacionais, dadas as graves repercussões que já se sentem, com implicações nos vários domínios da qualidade de vida de populações.

Cabo Verde, enquanto país insular e extremamente vulnerável às mudanças climáticas, terá de salvaguardar a sustentabilidade ambiental, pelo que daremos grande prioridade a uma maior consciencialização sobre os modelos de crescimento económico na sua relação com a emissão de gases de estufa. Ou melhor, daremos particular cuidado à inclusão da disciplina ambiental no sistema de ensino a todos os níveis, será feita uma aposta forte na informação aos cidadãos sobre os riscos de catástrofes naturais, será feita uma aposta forte na economia verde e azul tanto em voga e, naturalmente, no plano dos países em desenvolvimento teremos presença activa no que toca à proteção de populações em risco de ameaças decorrentes de mudanças climáticas.

5.4 Novas tecnologias

As novas tecnologias são dos novos tempos, nas novas gerações, ansiosas das inovações para o aproveitamento das vantagens que as mesmas proporcionam para fomentar o investimento nacional e atrair o investimento externo, em que os sectores público e privado, de acordo com o papel e funções que lhes são próprias, promovam as mudanças que se impõem incorporando as novas tecnologias no quotidiano dos cidadãos e dos agentes em geral. Comprometemo-nos a continuar a massificação e utilização das tecnologias de informação, a alinhar os serviços da governação com as necessidades dos cidadãos e das empresas, a potenciar o desenvolvimento económico e a inovação, a capacitar os jovens para responderem às necessidades do mercado e fazerem emergir um forte tecido empresarial no sector.

Defendendo uma economia baseada no conhecimento, capaz de competir no mundo cada vez mais globalizado, é nosso propósito a adoção de um Plano Nacional para Ciência, Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo, envolvendo o Estado, as Universidades e Centros de Investigação, o sector privado e que posicione Cabo Verde nas redes de internacionais de Investigação e Inovação.

As novas tecnologias serão, para nós, uma ferramenta da maior importância para o processo de desburocratização e prestação de serviços de qualidade pela administração pública, para uma maior transparência e um bom funcionamento.

Serão adotadas medidas piloto de votação eletrónica, de videoconferência nos centros de saúde, de monitorização da nossa costa e dos nossos portos, e da sua introdução progressiva nos negócios do mundo rural.

Este é um sector que exige interação entre as universidades e o sector privado, pelo que serão adotadas medidas de fomento à investigação nas áreas das tecnologias de informação, pelo que, em associação, serão desenvolvidas sinergias visando a criação de Fundo de Investigação.

5.5 Recursos humanos

O capital humano é a trave mestra de todo o desenvolvimento nos planos económico, social, cultural e político. O sector produtivo está necessitando de novas habilidades, qualificações e competências técnicas e tecnológicas, sendo esse o sentido a assumir por toda a cadeia da comunidade educativa. E num mundo global de forte interdependência, há que se pensar na internacionalização dos recursos humanos nacionais, como forma, também, de conhecer e penetrar novos mercados.

Para o futuro o país estará confrontado com a qualidade do ensino, o que implicará a revisão dos atuais materiais e uma profunda qualificação do corpo docente, de modo a melhorar a qualidade da educação a todos os níveis,

começando no pré-escolar, primário, secundário, técnico-profissional e universitário, pois a fasquia que nos propomos é de elevados índices de qualificação dos recursos humanos.

E no que respeita o ensino superior, a nossa atenção será centrada na sua qualidade e na sua orientação para os sectores prioritários do desenvolvimento económico, associada, impreterivelmente, à investigação como instrumento propiciador da inovação e da competitividade.

5.6 A diplomacia económica e novas ancoragens

Por razões óbvias, Cabo Verde mantém uma relação económica com certos países da zona Euro muito forte, o que, se apresenta vantagens, por outro lado pode condicionar a transformação da economia nacional a desenvolvimentos cíclicos exógenos específicos.

Sem perder de vista a importância do necessário fortalecimento da relação económica com certos países da Zona Euro, tem-se que ter uma maior abertura ao mundo dos negócios com os países que, tradicionalmente, tem investido em Cabo Verde, ao mesmo tempo que dinamizamos a cooperação com outras zonas económicas, nomeadamente as emergentes, para assim podermos ter acesso e beneficiar de novas modalidades e condições de financiamento do desenvolvimento, e das respetivas vantagens das relações comerciais e económicas.

Tendo em conta os imperativos do desenvolvimento futuro de Cabo Verde, é fundamental que haja quadros do país nas organizações internacionais, em especial nas regionais, a adoção de estratégias e agendas apropriadas para parcerias, a promoção de fatores de integração no espaço da CEDEAO a nível de trocas económicas, a colaboração no sector bancário, a nível da segurança, dos transportes marítimos e exportações, associando este conjunto de matérias à adoção de uma forte diplomacia económica.

Para esse efeito, serão acionadas medidas e ações de qualificação dos sectores potenciais de competitividade do país, muito em particular o sector dos serviços, bem como a qualificação dos recursos humanos para níveis de excelência em áreas chave da economia nacional. Ter acesso a tais mercados não será somente a partir do conhecimento da sua existência, requer, principalmente, o domínio dos mecanismos e modalidades da organização e funcionamento das instituições financeiras internacionais, dos fundos soberanos e de outras fontes de financiamento emergentes.

5.7 O desafio de uma economia mista

Ao papel regulador do Estado deve ser agregado o papel de facilitador, sobretudo quando é facto que o operador económico nacional é limitado em recursos que lhe permitam assumir plenamente o protagonismo de projetos estratégicos para a produção da economia nacional e o desenvolvimento da competitividade de Cabo Verde.

Tal circunstância aconselha a que se dê lugar a um amplo e responsável debate sobre as alternativas credíveis, capazes de dar resposta a modelos que, de um modo ou de outro, conhecem as limitações e fragilidades que ainda não fizeram escola em Cabo Verde.

Começa-se por referir que pensar a economia mista não é enveredar por princípios básicos do liberalismo ou do socialismo, mas, sim, buscar soluções que determinem melhorar os índices de crescimento económico, da baixa inflação, do baixo desemprego, das boas condições de trabalho, da segurança social e dos serviços públicos, cuja qualidade deve ser assegurada por uma boa regulação da intervenção do Estado.

O Estado terá que ser forte na medida em que terá de assegurar a livre concorrência e a estabilidade monetária, através de instituições de controlo e regulação bem conseguidas. O Estado deverá criar um marco legal apropriado para a economia do país, a fim de manter um nível saudável de competição, com medidas que se coadunem com os princípios gerais da economia de mercado, e eficiente como fundamental para o negócio, seguido rigorosamente tanto pelo poder legislativo, como pelo poder judicial.

Ou melhor, somos por um Estado que se preocupe em criar uma ordem económica e não imiscuir-se nos processos económicos.

Daí que, no quadro das incumbências prioritárias do Estado, entendamos que deverá estar aí elencado um conjunto de incentivos e garantias à atividade empresarial e ao investimento estrangeiro no quadro da economia global, ao que se deve associar a responsabilidade social das empresas, a promoção de iniciativas de cidadania, em especial o voluntariado e o associativismo, bem como o apoio ao empreendedorismo económico e social.

5.8 A juventude

Conforme as resoluções do XIII Congresso o Partido deverá promover a articulação com a JPAI, por uma juventude ainda mais dinâmica e confiante no futuro de que ela é portadora, empenhando-se no estreito processo de diálogo e de pronunciamentos, num desejável encontro de gerações e ainda, no acompanhamento da evolução etária da população como fundamental para as iniciativas nas comunidades locais, nos estabelecimentos de ensino e noutros espaços da presença de jovens, para que sejam escutadas e atendidas as suas preocupações, aspirações e propostas, para além do necessário rejuvenescimento das fileiras do Partido.

Há que se proporcionar, através de uma instância representativa das novas gerações, a intervenção nos domínios político, económico e ambiental, devendo esta ser consultada nos processos de tomada de decisão política. Será uma voz independente, com força de lei para salvaguardar os interesses das novas gerações, uma vez que é imperiosa uma maior representação dos interesses das gerações futuras nos processos de decisão política.

Tal solução terá que ter presente o princípio da solidariedade intergeracional, de modo a analisar e assegurar o equilíbrio das soluções propostas, no que diz respeito aos interesses de curto e de longo prazo das instituições políticas, a assumir a responsabilidade de assegurar a sustentabilidade das políticas públicas e a estabelecer um canal de informação com os cidadãos e a sociedade civil.

Para além dessa reforma de fundo, são de se prever as seguintes medidas e ações:

- Identificação das necessidades em competências e habilidades a nível regional, de acordo com as oportunidades de empregabilidade
- Aposta em programas de reconversão profissional para atender às constantes reorientações do mercado de trabalho e que, também, respondam à mobilidade profissional, social e espacial
- Estímulo à articulação IEF/Universidades/Empresas para proporcionar cursos profissionais ministrados por profissionais altamente qualificados, para a satisfação de necessidades específicas do mercado de trabalho;
- Garantia de qualidade, pelos institutos públicos de formação técnica e profissional, da qualidade dos programas vocacionais de formação no emprego, com características de grau académico
- Adoção de medidas de majoração superior para empresas de jovens, quando localizadas longe dos principais centros urbanos

- Fixação de uma percentagem do fundo de capital de risco ou outros instrumentos de financiamento público orientada para projectos dinamizados por jovens empresários ou que incorporem força laboral maioritariamente jovem

5.9 Reforma da justiça

A justiça é um dever do Estado, um direito fundamental de todos e cada um e um pressuposto, em si mesmo, do desenvolvimento da sociedade. E é face à necessidade de melhorar a eficácia das medidas tomadas e de resultados que podem ser mais satisfatórios, seja na pacificação das relações sociais, seja na segurança jurídica do investimento no que respeita as políticas de captação do investimento e as demandas do tecido empresarial em geral, isto é, um conjunto de respostas geradoras da confiança que são necessárias para impulsionar o desenvolvimento do país, que defendemos algumas reformas neste sector.

O nosso sistema jurídico não pode ser estanque e com pouca capacidade de adaptação às demandas sociais, em transformação permanente, em que a mobilidade social, a educação, as necessidades, os fatores exógenos e endógenos, em conjugação, acontecem a velocidade imprevisível.

Para reforço dos níveis de confiança do cidadão e garantia efetiva dos direitos, para melhoria do acesso à justiça, da previsibilidade do tempo da decisão judicial e diminuição da aleatoriedade dos resultados, para reforço do combate à violência doméstica, à pedofilia e outros fenómenos desviantes que desqualificam a sociedade e os seus grandes referenciais em capital social potenciador das sociabilidades de que tanto carece Cabo Verde, havemos de propor às forças vivas da Nação mudanças profundas no nosso sistema jurídico e judiciário, para que haja avanços, no que respeita:

(i) a criação de juízos de pequena instância criminal com recurso a normas específicas capazes de dar resposta adequada em rapidez e eficácia; (ii) a formalização de mecanismos jurisdicionais para a resolução de pequenos litígios com relevância para as áreas cível e comercial com mecanismos simplificados e diretos; (iii) a representação do Estado por advogado nas causas em que intervém em pé de igualdade com os particulares, sem prejuízo do papel do Ministério Público; (iv) a prevenção geral e especial, pela via da detenção preventiva dos agentes de crimes com altas taxas de reincidência e perigo de continuação da atividade criminosa como sejam os crimes de pedofilia e sexuais, bem como aqueles praticados contra o património e as pessoas com recurso a armas; (v) a revisão urgente do quadro legal do Código de Processo Penal do Código Penal, visando o agravamento das sanções em função do grau de gravidade penal e moral da criminalidade, nomeadamente a organizada e transnacional; (vi) a intensificação da utilização das TIC no sistema de registo civil, predial, comercial e criminal, com aposta numa base de dados segura e com facilidade de acesso, através de plataformas apropriadas que preservem o direito à proteção de dados pessoais dos cidadãos; (vii) a formação permanente dos agentes da justiça, magistrados, oficiais de justiça, indo até aos agentes penitenciários, adotando-se um sistema motivador com forte componente de responsabilidade e "accountability" garante da legitimidade, criando-se um corpo inspetivo único e estruturado.

Um eventual estado de desesperança e ceticismo coletivos, resultantes da ideia de insegurança geral, pode condicionar a atividade económica e a capacidade de atracção de investimento externo, e a escolha de Cabo Verde como destino turístico, para além de poder pôr em causa os investimentos feitos na educação e diminuir o efeito agregador que se pretende gerar no país, fazendo com que cada um de nós olhe para o outro, com uma desconfiança, ainda que inconsciente.

É inalienável a correlação entre a Liberdade, a Justiça e a Segurança, já que a ausência de segurança põe em causa a capacidade dos cidadãos de agirem enquanto seres livres e de exercerem os demais direitos fundamentais de forma efetiva.

Vamos, pois, combater o estado eventual de desesperança e ceticismo coletivos, resultantes da ideia de insegurança geral.

5.10 Qualificação da governação territorial

O país evoluiu e, concomitantemente, estendeu-se a todos os cantos desta Nação. Conhecem-se, nos últimos tempos, reivindicações que, embora legítimas como princípio, precisam de fundamentação objetiva, para que tenham dignidade institucional para além dos propósitos, nos seus efeitos, nas suas consequências.

Somos, sim, pela realização de estudos altamente qualificados que nos demonstrem quais as melhores soluções nos efeitos que possam produzir numa significativa diminuição do desemprego, na redução da pobreza, num efetivo contributo para a competitividade do país, num aumento das receitas públicas, e na sua justa repartição e aplicação. Ou melhor:

- Que modelo de divisão político-administrativa é o mais apropriado para Cabo Verde?
 - Já foram esgotadas as virtualidades do atual Estatuto dos Municípios?
 - No presente teremos Municípios a mais e quais foram os ganhos havidos com as últimas criações? De algo estamos certos:
 - * Há necessidade de qualificar a administração central representada nos Concelhos para que determinadas soluções sejam assumidas a nível local;
 - * Há necessidade de uma entidade que coordene e tenha poderes de autoridade sobre os serviços desconcentrados do Estado;
 - * O poder local necessita de interlocutor a nível adequado para avaliação do desenvolvimento local.
- (i) Favorecer políticas municipais de desenvolvimento regional em que os Municípios exerçam um papel real e motor no processo de desenvolvimento local, para reforço da competitividade territorial, com modelos de gestão e investimentos partilhados e ganhos de escala; e
- (ii) Promover um debate sobre a regionalização sem tabus, para se aferir o verdadeiro interesse nacional e os ganhos nacionais.

5.11 A boa governação

A ética na vida pública será uma forte componente da reforma do Estado, não somente no enunciado da legislação, mas sobretudo em termos do mais difícil, fazer dela uma prática corrente reconhecida, uma referência de credibilidade junto dos cidadãos, pela seriedade do que se discute, pela qualidade da intervenção dos titulares dos cargos públicos ... temos que ser audazes!

Mas com mais ambição, mais profundidade, qualificação do ecossistema económico e dos equilíbrios entre os seus diferentes compósitos, de modo a que seja eficiente e eficaz no quotidiano do utente, desde o cidadão comum, ao operador económico, em todos os domínios dos direitos e liberdades fundamentais, destacando-se os seguintes eixos:

5.11.1 Na formulação de políticas ativas

Serão refletidas e enunciadas, conjuntamente com os parceiros económicos, sociais e com a desejada contribuição dos partidos políticos, tendo em vista a melhoria das condições económicas, sociais e culturais da sociedade cabo-verdiana, e o reforço da eficácia das instituições públicas e privadas, alguns eixos prioritários de intervenção, designadamente:

- A forte aposta na eficiência energética e de água, com redução de custos a nível residencial, dos custos operacionais nos serviços e inovação, no consumo industrial, contribuindo para a redução da intensidade energética e para uma cultura de eficiência, poupança e competitividade;
- O estímulo à economia social, que está intimamente ligada à necessidade imperiosa de, nos novos tempos, se prestar maior atenção à democracia participativa, dado o alargamento da capacidade crítica do cidadão, o aumento das suas expectativas e, ainda, o seu potencial para a resolução de problemas ligados às novas primeiras necessidades, para além de ser um elemento fundamental da nossa economia e da criação de emprego. Há que se proporcionar mais espaços, voz e vez de participação às comunidades dos bairros urbanos e dos povoados rurais, via privilegiada de alargamento e aprofundamento da democracia e de exercício da cidadania, pelo que a economia social não é mais do que resposta da sociedade civil organizada a necessidades básicas através da prestação de bens e serviços, pela via da utilização social dos resultados de poupanças realizadas.

A economia social tem raízes profundas na sociedade cabo-verdiana e, pelas suas características, se distingue do sector público e do sector privado, sendo uma via privilegiada de dar enfoque à inclusão dos pobres e dos mais vulneráveis. E, como primeiro passo, será promovido um levantamento exaustivo das organizações que se movem no sector, sua localização, suas raízes, caracterização no que respeita as entidades que as integram, seu modo de organização, representação, funcionamento e fins que prosseguem, suas virtualidades e estrangulamentos que enfrentam, visando estar-se na posse de elementos objetivos para, de seguida, se providenciar, tanto a adoção de uma política mais apropriada, bem como a criação de um ambiente jurídico favorável ao seu reconhecimento, visibilidade e segurança jurídica.

- **O reconhecimento das elevadas e nobres funções sociais da Família**, com, entre outras medidas: (i) a redução do IVA na aquisição de artigos de primeira necessidade para crianças em idade escolar; (ii) taxas especiais de energia e água para famílias numerosas superiores a x membros; (iii) rede pública de pré-escolar de baixo custo e horário alargado; e (iv) criação de bolsa de manuais escolares;
- **Na reconversão do papel do Estado** para que seja mais qualificado nos serviços que presta e na forma como o cidadão nele se revê nomeadamente na execução de políticas públicas nos domínios da saúde, da educação, da formação profissional e da criação das condições de acesso a bens essenciais;
- **Na qualificação do Estado Social** introduzindo-se um modelo mais apropriado de sustentabilidade da segurança social que comporte as transformações demográficas que fazem crescer as solicitações ao estado social, única forma de assegurar o alargamento da sua função social e da base contributiva;
- **No reforço de um serviço de saúde e de Educação que garantam** à população um nível adequado de acesso a esses serviços, para que possam entrar no mercado de trabalho, deem garantias mínimas para aqueles que estão no emprego e para aqueles que também estão a crescer, para quando chegarem à velhice não fiquem desamparados.
- **No aprofundamento do programa Casa para Todos**, para que seja mais integrador do convívio social e melhor localizado, como parte integrante dos planos de expansão das cidades, com, inclusivamente, a componente requalificação das habitações tradicionais.

5.11.2 Na orgânica e coordenação da política governamental

Pensamos que a maturidade da ação governativa e da administração pública do nosso país, demonstra que só poderá haver ganhos acelerados com uma atuação mais acutilante em dois domínios concretos:

- A reavaliação da orgânica da estrutura governativa, no sentido de uma integração e harmonização de políticas no que tange os departamentos governamentais responsáveis pelas áreas da soberania, da economia, da administração pública e das matérias sociais, de modo a se alcançar um melhor rácio da estrutura para com a realização das funções e tarefas governativas, e mesmo, um melhor rácio das despesas da governação em relação ao PIB.
- A estratégia da governação assente, nomeadamente, na apresentação e construção de lideranças fortes que transmitam confiança, competência e apetência política para os resultados a apresentar na luta eleitoral.

Por esta racionalidade, certamente que será encontrada uma composição reduzida e eficaz, tanto da orgânica e composição do Governo, como ainda da própria administração pública, seus serviços e institutos.

Por outro lado, estamos certos que possibilitará uma maior atenção à necessidade de uma efetiva coordenação das políticas sectoriais, de modo a serem desenvolvidas complementaridades com relevantes economias de escala económica e social no plano dos resultados previstos no programa do governo e nos orçamentos de investimento. Um sistema apropriado de seguimento e avaliação permitirá evitar que decisões sejam repetidas anualmente porque não foram concretizadas, o que pressuporá também, elementos para serem adoptadas medidas de responsabilização dos dirigentes da administração pública a todos os níveis.

Na formulação da orgânica tem-se que apostar em dois Ministérios-chave:

- Um Ministério da Economia forte orientado para o Business Friendly, responsável pela atração de investimentos, que participe na elaboração da definição da política fiscal juntamente com o Ministério das Finanças, com papel transversal nos sectores com cariz económico, capaz de estabelecer uma sã relação de proximidade com os investidores nacionais e estrangeiros, estimular o investimento privado, com decisões em tempo oportuno e que assegurem a previsibilidade do investimento;
- Um Ministério das Finanças que, para além da competência técnica, terá que ter peso político para, essencialmente, barrar o despesismo.

6. Exaltação da República

A Nação cabo-verdiana é uma comunidade humana cujos membros estão ligados por laços de solidariedade materiais e espirituais, conscientes de serem uma entidade distinta advinda de um passado e orientada para o futuro, com uma vontade inabalável de viver em conjunto.

Em 1975 instituiu-se a República, como comunidade dos cidadãos da Nação, pelo que ela não é mais do que a coisa pública, dispondo de órgãos de soberania nacional reconhecidos no plano internacional, de governo de interesses em que o povo exerce a soberania por intermédio de delegados eleitos por ele periodicamente, no estrito respeito pelos valores que enformam a Nação.

Num momento particular em que se questiona sobre a degeneração do capital social, importa que as instituições da República, na sua responsabilidade de assegurar o Estado unitário plasmado na Constituição da República, preste particular atenção a valores republicanos da maior importância para o aprofundamento da matriz civiliza-

cional cabo-verdiana, nomeadamente no que respeita:

- À legislação fundada nas virtudes e nos costumes civilizacionais
- Ao respeito pelo bem público e pelo bem comum, à credibilidade dos agentes públicos e das instituições
- Ao exercício do poder com sentido do dever público de prestação de contas e de sujeição dos governantes e dos governados ao sancionamento da lei - responsabilidade e responsabilização
- A mais qualidade da democracia: para além da democracia representativa, trazer para a centralidade da ação política a democracia participativa, o regime democrático de costumes e práticas democráticas
- À cidadania ativa e credibilidade da vida pública, consolidando e modernizando as instituições da República
- Ao estímulo ao debate e compromissos entre os partidos políticos, aos debates e ao diálogo público entre as forças vivas da Nação
- À apropriação dos símbolos nacionais: história, hino, bandeira, heróis nacionais e instituições da República
- A mais progresso e plena realização das cabo-verdianas e dos cabo-verdianos na liberdade e solidariedade

7. PAICV, para Mais Cabo Verde, no Presente Rumo ao Futuro

Defendemos o PAICV, para Mais Cabo Verde, no Presente Rumo ao Futuro, através de, nomeadamente:

- Da assumpção e projeção do património político do PAICV
- Do reconhecimento e valorização das anteriores lideranças do partido, enquanto património histórico, designadamente Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Pedro Pires, Aristides Lima e José Maria Neves
- Da promoção da cultura de esquerda Cabralista: de liberdade, cultura democrática e constitucional; humanista, moderna e progressista
- Do aperfeiçoamento das virtualidades e potencialidades da Nação
- Do reforço de um PAICV societário e das grandes causas
- Do crescimento e desenvolvimento inclusivo que não se limite ao combate à desigualdade e ao combate à pobreza
- Do enquadramento oportuno das organizações comunitárias, dos movimentos sociais, do movimento sindical, das organizações do sector privado
- Das alianças com a sociedade e dos pactos suprapartidários, para o aumento da influência social e uma maior afluência às eleições
- De mais proximidade entre eleitores e eleitos

- Do enquadramento de afinidades suscitando discussões públicas de harmonização de ideias e propostas de políticas no sector social de inspiração laica, republicana, cabralista, nas novas correntes de pensamento através de clubes de reflexão, associações formais ou informais dos cidadãos

É nesse quadro de grandes e nobres desafios, em conformidade com a vocação intrínseca ao PAICV, que identificamos as conclusões e recomendações que se seguem e que devem nortear a ação do partido, nos próximos tempos.

A Renovação, reorganização e funcionamento das estruturas como uma grande prioridade para vencermos os novos desafios. Temos que não nos quedarmos na casa dos trinta mil membros, mas sim aumentar esse número trazendo para as nossas fileiras, em particular, muitos mais jovens. Mas mais do que os números, importa vitalizar a participação dos militantes na vida do Partido. Teremos que prestar muita atenção à formação dos militantes em liderança transformadora, para que apreendam e aprendam a gerir as situações complexas de mudanças e dominem as respostas em conformidade com os valores e as prioridades que a sociedade coloca, já que ela exige novas respostas para os novos tempos e os novos desafios. Terão que ser adotados métodos e mecanismos de seguimento e avaliação do grau de organização e funcionamento das estruturas e seus dirigentes, de maneira a assegurar a regularidade de funcionamento dos órgãos, paralelamente à criação de instância de avaliação e decisão sobre atos e situações que ponham em causa a ética partidária.

Diante da complexidade da atualidade, os órgãos do Partido têm que ser capazes de dar forma à política, valorizar as bases partidárias, transformar a nossa capacidade individual em competências coletivas, o que exige uma relação regular entre as estruturas partidárias e entre os seus membros, a organização de debates e reflexões sobre temas de atualidade, sobre os problemas das regiões, dos sectores e dos bairros, sobre os ganhos e os desafios do nosso processo de desenvolvimento, sobre a globalização e seus impactos positivos e negativos na nossa sociedade, sobre a problemática do desemprego, da pobreza, da insegurança urbana, entre outros. Será de muita utilidade, que se implemente o princípio da participação de cidadãos independentes que comungam dos ideais e valores do PAICV ou se revejam no respetivo programa para o debate e contribuições sobre a situação política regional e para reforçar os laços de aproximação entre o Partido e a população em geral.

A cooperação, coordenação e solidariedade intrapartidária de âmbito regional e nacional deverão erigir-se em elementos essenciais do funcionamento do Partido, o que se ganhará a partir do momento em que os membros das instâncias superiores não somente estiverem inscritos nas estruturas de base do seu local de residência, como ainda, se sentirem no dever de, na medida das suas possibilidades, participarem nas atividades delas. Terá que haver jornadas descentralizadas com vista a haver interação com as bases, sobre matérias da atualidade, o que certamente dará lugar a maior visibilidade, maior proximidade e melhor articulação política entre os diferentes níveis das estruturas do Partido. Terá que haver mais convívio e iniciativas, para que os militantes e amigos do Partido se encontrem e reencontrem, como uma grande família!

A articulação com a JPAI por uma juventude dinâmica e confiante no futuro apresenta especificidades próprias. Reconhecendo que ela é portadora do futuro, teremos que nos empenhar num estreito processo de diálogo e de pronunciamentos com a JPAI, de modo a haver o desejável encontro de gerações, fundamental para uma afirmativa extensão dos ideais do PAICV no seio das camadas mais jovens da população. Teremos que ter em muita atenção a evolução da estrutura etária da população, em especial ao contínuo aumento da população jovem recenseada, a fim de se encontrar as melhores vias para apoiar o trabalho da JPAI nas comunidades locais, nos estabelecimentos de ensino e noutros espaços de presença dos jovens, para atender as preocupações, aspirações e propostas dos jovens ativos, e bem assim para atender a necessidade de rejuvenescimento das fileiras do Partido como espaço e oportunidade de participarem nos processos de decisão política.

A articulação com a Federação das Mulheres do PAICV em todas as instâncias das estruturas partidárias deverá ser plenamente assumida, seja no sentido de refletir os equilíbrios da nossa sociedade, seja para que as nossas organizações sejam uma escola privilegiada de promoção dos direitos cívicos, sociais e políticos da mulher cabo-verdiana. Pelo valor e dignidade da mulher cabo-verdiana, é fundamental o empenho para a sua mais ampla integração nas

atividades do PAICV, cooperar para a sua maior capacitação política e na realização de grandes debates sobre matérias chave da problemática da igualdade de género.

Cada vez mais o Partido deverá ter em devida conta o cumprimento dos estatutos no que concerne à equidade e igualdade de género nos seus órgãos de direção e nas listas que apresenta para os cargos eletivos do Estado. Com efeito, a sociedade cabo-verdiana é cada dia mais plural, pois é constituída por um número muito maior de partes, que as estruturas do PAICV devem ser capazes de compreender, influenciar e procurar forças nas diferenças que as caracterizam, a fim de gerir corretamente a pluralidade “conflituosa” que encerram. Não sendo uma realidade sociopolítica homogénea, o projeto de sociedade e a prática política do PAICV devem poder dar satisfação e responder às aspirações morais e materiais daqueles que, com ele, se identificam e intervêm social e politicamente.

Em matéria de comunicação, impõe-se imaginar formas inovadoras de ligação práticas e céleres das estruturas, entre si, e com a sociedade, adotando abordagens de proximidade e rápidas no processo de consulta e de decisão política. Pois, quanto mais as pessoas se sentem envolvidas no processo de decisão, maior é a sua confiança no Partido e a vontade de participar nas suas organizações.

Para tanto, recomenda-se:

O fortalecimento dos princípios e valores caros ao PAICV, a reafirmação da nossa identidade, de modo a que os militantes se sintam orgulhosos da sua pertença político-partidária, fundada nos valores de liberdade, democracia, justiça social, amor a Cabo Verde e o progresso partilhado por todos.

O empoderamento das estruturas de base do Partido, para que tenham visibilidade e notoriedade, pelo que há que envolver todos, militantes e amigos na participação e ação da vida política em todos os espaços do país, e para que participação e ação política não se esgote nos períodos eleitorais mas que seja o curso normal do debate político interno e com a sociedade, privilegiando deste modo a comunicação política.

O reforço contínuo da credibilidade do PAICV conferindo-lhe maior visibilidade, para ocupar o seu espaço histórico com reconhecimento público, o desenvolvimento de forma contínua e pedagógica de temáticas abertas à sociedade civil e que escutem as pessoas e suas contribuições; a promoção de iniciativas que envolvam e promovam novos protagonistas políticos, em particular no seio da juventude, das mulheres e das comunidades; o recurso às novas tecnologias e a afirmação de novos ciberespaços de comunicação.

Impõe-se-nos, na nossa práxis política, construir um amplo reportório de comunicação política, de baixo para cima, tendo como núcleo central o cidadão e as novas formas cívicas de mídia, associando as grandes potencialidades do virtual às virtudes da afetividade.

A projeção e a potenciação da imagem do PAICV, já que o funcionamento perene depende da qualidade orgânica, estrutural e humana do Partido, assente na competência, probidade e empenho dos seus membros, homens e mulheres. Os militantes do Partido, bem como a abrangência social que o apoia, têm a responsabilidade política de exigir e salvaguardar a disciplina partidária, seus princípios e valores próprios do engrandecimento da sociedade cabo-verdiana.

Neste sentido, caminharemos para a desejada coesão interna, porque estaremos dotados de uma visão coletiva comum e de um sistema inteligente de mobilização e angariação de vontades, em que as opiniões e preferências dos cidadãos convergem com as nossas propostas e o perfil dos nossos responsáveis a todos os níveis.

O reforço das alianças com a sociedade é fundamental já que os resultados de uma governação dependem, em grande medida, do grau de sintonia que existir entre os governantes e os diferentes sectores da sociedade. Sabendo que a sociedade cabo-verdiana vem-se complexificando e diferenciando, tornando muito mais complexa a gestão dos múltiplos interesses em presença, o PAICV, cada vez mais, terá de ser capaz de compreender e responder à

pluralidade das demandas que lhe são colocadas. Só as conhecendo bem e com base no diálogo e na mobilização dos diferentes sectores da sociedade, o PAICV prosseguirá, com sucesso, a ação transformadora de Cabo Verde, a bem da melhoria das condições de vida dos seus cidadãos.

O PAICV precisa de mais presença efetiva nas novas dinâmicas sociais, estimulando iniciativas de economia social e solidária, não ignorando a grande tradição de solidariedade, cooperação e interajuda no nosso país. Enquanto escola de aprofundamento da democracia e alargamento da participação estamos em condições de desempenhar um papel muito especial no fortalecimento do capital social do país, na criação de oportunidades de rendimentos para as pessoas, na criação de ambiente de bem-estar social e solidariedade, na revitalização da economia local, na luta contra a pobreza e a exclusão social, na assistência a famílias, aos mais idosos e aos marginalizados, na qualificação da democracia e na afirmação da cidadania.

Eis um conjunto de propostas, não exaustivas, que o PAICV terá de materializar nos próximos anos com vista a, um tempo, melhorar a sua organização e prosseguir o processo de transformação de Cabo Verde, assegurando aos cabo-verdianos melhores condições de vida.

8. Uma Liderança de compromissos, princípios e valores

Propomos uma liderança de compromissos, princípios e valores, estribada:

- Em boas práticas de organização e sentido de missão,
- Num elevado grau de organização estratégica, com militância ativa
- Num modelo apropriado de comunicação interna e com a sociedade civil
- Na formação política a todos os níveis
- No fortalecimento da unidade e da coesão interna
- Em debates e interação entre militantes e com as comunidades, pois a vida partidária diz respeito não somente aos militantes e simpatizantes mas, também, aos cidadãos como questão de cidadania
- Nas estruturas da família do PAICV - juventude, mulheres, autarcas - com base numa política inter-geracional
- Num partido denominador comum da sociedade
- Em relações externas, com uma diplomacia económica e de parcerias estratégicas
- Na monitorização do processo de desenvolvimento

9. Vencer as eleições de 2016

Com um programa de governação ganhador, apto para vencer os desafios de um novo ciclo político, pretendemos garantir a vitória do Partido nos próximos pleitos eleitorais, isto é:

- Nas eleições legislativas
- Nas eleições presidenciais
- Nas eleições autárquicas

10. Para Cabo Verde continuar ganhador!

Cara (o) s Camaradas,

Com um espírito de camaradagem me dirijo a vós, neste período de grandes desafios que se colocam ao nosso Partido, o PAICV, nos próximos tempos, mais concretamente os decorrentes do processo electivo do sucessor do nosso Presidente, Camarada José Maria Neves.

Já tiveram conhecimento das Razões que me levam a concorrer, com uma forte carga de princípios e de valores que pautam a minha postura.

Também, terão lido artigos de opinião e entrevistas na rádio e na televisão que dão conta de alguns pronunciamentos sobre matérias relevantes para o PAICV e para o País.

Com esta breve mensagem quero transmitir-vos o sentimento de muita confiança em Vós, Camaradas, no sentido de uma vitória no mês de Dezembro próximo.

Tive a oportunidade, durante esta caminhada, de contactar as estruturas partidárias em todas as ilhas, bem como na Diáspora, continuando a expor, para além das razões da Candidatura, as linhas de força desta Moção de Estratégia, que está em vossas mãos, fruto de um pensamento construído de algum tempo para cá sobre a dinâmica de desenvolvimento do nosso País, bem como das mensagens e críticas construtivas que os militantes e a sociedade civil vêm transmitindo no que respeita às expectativas e sentimentos com que se confrontam no seu quotidiano cívico, político, económico, social e cultural.

Esta Moção é um documento que abarca o essencial das propostas sobre as quais cada Militante deve debruçar-se para uma reflexão crítica, objectiva e responsável sobre a sua seriedade e conformação com as mais nobres tradições do PAICV à causa de Cabo Verde e respectiva população, tanto a residente, como a que se encontra na Diáspora.

O que é sujeito à vossa avaliação tem, como propósito último, garantir que o Estado e suas Instituições funcionem como instrumento e meio de realização dos direitos e interesses dos cidadãos, como garante da equidade da relação entre os mesmos, da realização da justiça, da redistribuição adequada dos recursos, da activação das condições de igualdade de direitos, em toda a extensão da sociedade, e do primado da pessoa humana, como princípio e fim da acção política.

Cara (o) s Camaradas,

Tenho recebido imenso conforto e apoio à minha candidatura, seja dos militantes do Partido, seja da sociedade civil. É que a nossa vitória em Dezembro de 2014 será o primeiro passo para a construção da vitória do PAICV nas eleições legislativas em 2016.

Mais uma vez, asseguro-vos a convicção da vitória desta Candidatura em Dezembro de 2014, pelo que vos endereço um grande abraço de solidariedade e de camaradagem.

Janira Hopffer Almada



JANIRA HOPFFER ALMADA

Presente Rumo ao Futuro